

Eixo temático 5 - Política e Gestão Educacional

A ATUAÇÃO DA GESTÃO NA MERENDA ESCOLAR EM UMA ESCOLA ESTADUAL DE CARUARU-PE: DEMOCRACIA, AUSÊNCIAS E INTERVENÇÕES.

Cleyton Feitosa – UFPE/CAA

RESUMO

Este artigo é resultado de uma investigação realizada em uma escola estadual do município de Caruaru, Estado de Pernambuco e aborda a temática da Gestão Escolar, com foco na Alimentação Escolar: financiamento, políticas públicas, processos democráticos, ausências e intervenções com vistas a um funcionamento eficaz da alimentação escolar e a sua aplicabilidade. Para sua realização, utilizou-se da metodologia qualitativa. Como suporte teórico, foram utilizados além da legislação brasileira e suas determinações, os seguintes autores: Paro (2008), Libâneo *et al* (2005) e Oliveira *et al* (2005): estudiosos da temática da administração escolar, do financiamento da educação e da democracia no cotidiano da escola.

Palavras-chave: **Gestão Escolar. Democracia. Merenda Escolar.**

INTRODUÇÃO

O Brasil vem, aos poucos, avançando no que diz respeito às práticas democráticas em diversas áreas sociais. Se observarmos o percurso governamental de implementação de políticas governamentais, perceberemos que o Brasil tem um histórico recente na implantação do modelo democrático de Estado. O nosso país teve sua gênese como colônia, depois monarquia, posteriormente república e, somente no século XX, tornou-se um Estado Democrático de Direito. Após essa conquista de um modelo de governo que a população ansiava, adveio o golpe militar de 1964, frustrando, assim, as expectativas do povo brasileiro de viver em um país com liberdade e justiça social. Após o golpe, anos difíceis se fizeram presentes no Brasil, com muitos conflitos e injustiças sancionadas pelo governo e fazendo uso de mecanismos escusos tais como: a censura, torturas, exílios, assassinatos, etc. Somente em 1985, devido à pressão popular, o processo de redemocratização se instala no nosso país e em

1988 entrou em vigor a nossa atual Constituição, cujas determinações defendem, entre várias questões, a liberdade e a igualdade de todos, sem distinções

Diante desse quadro, é possível explicar, embora não justificar, as práticas autocráticas que ainda assolam nosso cotidiano. De fato, o Brasil não teve em seu percurso como república experiências consistentes de praticar democracia, sendo omissa e ausente em algumas esferas de sua atuação.

A Escola, instituição social com papéis sociais definidos, é responsável pela formação do indivíduo, conforme determina a Constituição Federal de 1988¹ e no que diz respeito à temática desse artigo, a saber: a atuação da Gestão Escolar quanto ao quesito merenda escolar, é a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996) que assegura a alimentação escolar em seu artigo 4º²:

Assim, o principal escopo deste estudo reside na investigação e no levantamento de conhecimentos, legislativos, teóricos, e do processo de funcionamento da merenda escolar e de como esta chega ao educando culminando com o esclarecimento da sociedade, relacionados à temática proposta, considerando que a realidade da merenda não é suficientemente difundida e divulgada na mídia, sendo que são poucas as pessoas que têm conhecimentos de seus processos e de sua importância para a educação brasileira, visto que o país que concentra renda tem inúmeras desigualdades sociais e que a fome e o analfabetismo ainda são desafios a superar.

A investigação, de cunho hermenêutico, girou em torno de compreender se as decisões e as práticas da escola são democráticas, ferindo, assim, a legislação constituinte e mais que isso: comprometendo a liberdade e a igualdade pelas quais tanto lutamos, partindo da hipótese que a ausência de democracia provém, entre outras questões, da extrema burocratização que a máquina pública impõe às instituições educativas, em vista de sua extrema preocupação pela forma e registro. Também se procurou, através da observação e das indagações, expor quais as intervenções da administração escolar buscam manter um espaço democrático e de bem-estar funcional.

¹ **Art. 205.** A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

VI - gestão democrática do ensino público, na forma da lei;

VII - garantia de padrão de qualidade.

² **Art. 4º.** O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

VIII - atendimento ao educando, no ensino fundamental público, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, **alimentação**, e assistência à saúde; (grifo nosso)

Sendo assim, foi objetivo dessa investigação observar os elementos democratizantes ou as carências deles, e as intervenções realizadas na escola estudada. Para tanto, partiu-se do histórico da merenda escolar no Brasil até a análise da gestão, na escola escolhida, no que diz respeito às questões que envolvem a oferta da merenda na escola.

Analisou-se, entre outras questões, como se dá a escolha do cardápio, se de maneira coletiva ou centralizada no gestor, e se esse cardápio respeita a cultura da culinária regional. Observou-se a valorização da profissão de merendeiro, e merendeira, considerando a sua importância e responsabilidade social, no que se refere às questões nutricionais, que estão na natureza do trabalho e, por fim, verificou-se se a gestão obedece ao disposto na lei. N.11.947/09 que determina que, no mínimo, 30% dos alimentos da merenda devem ser comprados diretamente da agricultura familiar.

O PERCURSO METODOLÓGICO E OS INSTRUMENTOS

Diante do tema exposto a pesquisa qualitativa surgiu como opção metodológica para a concretização deste trabalho. Segundo André³ esta é ainda designada de “naturalística porque não envolve tratamento de variáveis e observa o fenômeno como esse acontece. Fez-se uso de registro fotográfico do espaço escolar; de diário de campo enquanto ferramenta pedagógica, segundo Gerber⁴, a entrevista semiestruturada⁵ sendo esta dirigida à gestão da escola, aos educandos e ao merendeiro/merendeira; o questionário, a observação participante na qual segundo André (1998) pesquisador e pesquisado mantém um grau de interação e, por fim, foi realizada a análise de conteúdo. Acerca desta, Franco (2008, p.16) explica-nos que a análise de conteúdo implica que as descobertas tenham relevância teórica⁶

³ Chamada de “naturalística” por alguns ou de “qualitativa” por outros. Naturalística ou naturalista porque não envolve manipulação de variáveis, nem tratamento experimental; é o estudo do fenômeno em seu acontecer natural. Qualitativa porque se contrapõe ao esquema quantitativista de pesquisa (que divide a realidade em unidades passíveis de mensuração, estudando-as isoladamente), defendendo uma visão holística dos fenômenos, isto é, que leve em conta todos os componentes de uma situação em suas interações e influências recíprocas. (1998, p.17).

⁴ Um instrumento pedagógico que expressa uma das formas de avaliação do aluno no sentido de aferir suas habilidades: de descrever, relatar, refletir e propor. Também pode ser considerado como uma fonte de informações que sistematizadas, que poderão originar material para construção de relatórios, TCC's, artigos, projetos, serviços. (GERBER et al, 2007)

⁵ O pesquisador organiza um conjunto de questões sobre o tema que está sendo estudado, mas permite, e até incentiva, que o entrevistado fale livremente sobre assuntos que vão surgindo como desdobramentos do tema principal, (PÁDUA 2008, p. 70)

⁶ Uma informação puramente descritiva não relacionada a outros atributos ou às características do emissor é de pequeno valor. Um dado sobre o conteúdo de uma mensagem deve, necessariamente, estar relacionado, no mínimo a outro dado. O liame entre este tipo de relação deve ser representado por alguma forma de teoria. Assim, toda a análise de conteúdo implica comparações contextuais. Os tipos de comparações podem ser

Os sujeitos pesquisados foram cinco atores escolares, que para resguardo da identidade serão dessa forma citados: gestor “G”, o profissional da merenda “M” e três alunos “A1”, “A2” e “A3”. Tendo sido realizado na Escola creSER (nome fictício) no município de Caruaru, Agreste de Pernambuco, este trabalho se estendeu desde abril a até junho de 2010 por meio de visitas semanais.

DESCRIÇÃO DO ESPAÇO ESCOLAR

A escola creSER (nome fictício) está localizada no Bairro Vassoural, no município de Caruaru, região Agreste de Pernambuco. Sua localização é próxima do centro e da famosa Feira da Sulanca. É uma escola estadual subordinada à GRE-Caruaru e foi fundada em 1974. Funciona de segunda a sexta-feira nos três turnos (manhã, tarde e noite) e oferece Ensino Fundamental II (a partir do 8º ano) e Ensino Médio, além de EJA, ProJovem Urbano e o travessia. O nível socioeconômico da comunidade é de classe média baixa, razão pela qual surpreende o fato de, no horário de intervalo muitos alunos rejeitarem a merenda, que é de boa qualidade e preferirem a lanchonete, que se localiza fora da instituição e cujas opções de lanche nem sempre apresentam baixo custo.

Os alunos têm zelo pelo ambiente, cuidando da estrutura e objetos pertencentes a ela. No entanto a escola está sujeita à ação da marginalidade. Segundo o gestor já ocorreram casos de vandalismo, tentativa de roubo do material da secretaria, tentativas de assalto a alunos e utilização de drogas dentro da escola. Não há policial ou guarda para garantir a segurança, apenas um porteiro, idoso, que monitora a entrada e saída da comunidade escolar

Apesar da constatação desses problemas sociais os alunos são alegres, hospitaleiros, gentis e esperançosos de construir uma vida melhor, modificando a atual realidade social que vivem. Os funcionários trabalham de maneira dinâmica e intensa visando melhorias, manutenção, contribuição e construção de um ambiente agradável e com qualidade de vida para todos que usufruem dele, participando desse esforço o profissional da merenda, professores, pessoal da secretaria, gestores e pessoal de serviços gerais, entre outros (estando incluso o trabalho voluntário de pessoas da comunidade e também a atuação de infratores que prestam serviço comunitário a fim de cumprir a sanção punitiva que lhes cabe)

A estrutura física da escola creSER se compõe de 13 salas de aula, um biblioteca, um auditório, um espaço cênico, um televisor, dois laboratórios de idiomas, francês e inglês, um laboratório de biologia e química, a secretaria, sala da gestão, sala dos professores, pátio, dois sanitários, masculino e feminino, sala de educador de apoio, uma quadra poliesportiva e uma sala de judô. Além desses espaços, há a cozinha que, à primeira vista, é organizada e higienizada (as cozinhas das escolas são fiscalizadas periodicamente pela Gerência Regional de Educação) e a cantina, na qual as pessoas merendam. Este espaço é amplo e arejado, com poucas mesas e cadeiras dispostas. Na cantina encontra-se também um bebedouro.

ANÁLISES E DISCUSSÕES

HISTÓRICO DA MERENDA ESCOLAR NO BRASIL E FINANCIAMENTO⁷

O surgimento da merenda escolar se dá, no Brasil, nas décadas de **40** e **50**, e é atualmente designado, oficialmente, de Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), financiado por recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), do Ministério da Educação. Embora iniciado em 1940, devido à indisponibilidade de recursos financeiros, somente uma década depois o projeto se tornava efetivo e ganhava abrangência nacional.

Em 1965, em plena ditadura militar, então rebatizado de Campanha Nacional de Alimentação Escolar (CNAE), o projeto passa a receber ajuda dos Estados Unidos, através de diferentes ações denominadas: “Alimentos para a Paz”, o “Programa de Alimentos para o Desenvolvimento” e o “Programa Mundial de Alimentos”.

Em 1979, ganha seu nome definitivo de Programa Nacional de Alimentação Escolar, ou PNAE e, em 1988, fica assegurado a todos os educandos do ensino fundamental, o direito à alimentação escolar. Mas é somente em 1994 que ocorre a descentralização dos recursos para execução do programa, uma vez que, anteriormente, o órgão gerenciador planejava os cardápios, adquiria os gêneros por processo licitatório, contratava laboratórios especializados para efetuar o controle de qualidade e ainda se responsabilizava pela distribuição dos alimentos em todo o território nacional.

A partir da descentralização, além do repasse direto a todos os municípios e secretarias de educação, a transferência passou a ser feita automaticamente, sem a necessidade de

⁷ Fonte: www.fnde.gov.br

celebração de convênios ou quaisquer outros instrumentos similares, permitindo maior agilidade ao processo. De 1994 a 1998, os municípios que aderiram à descentralização deram um salto quantitativo de atendimento que passa de 1.532 municípios atendidos 4.314, o que representa mais de 70% dos municípios brasileiros.

Outra conquista acontece em 2000, com a criação dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE) funcionando como órgão deliberativo, fiscalizador e de assessoramento para a execução do programa e formado por pais, professores, membros da comunidade e representantes dos poderes executivo e legislativo.

Em 2001, passa a ser obrigatório que 70% dos recursos, transferidos pelo governo federal, sejam aplicados exclusivamente em produtos básicos, respeitando os hábitos alimentares regionais e a vocação agrícola dos municípios, estimulando, assim, o desenvolvimento da economia local e a valorização da cultura regional.

Mais recentemente, em 2009, o governo aprova a lei N. 11.947/09 que expande a merenda escolar para toda a educação básica, contemplando agora o Ensino Médio, e a modalidade da Educação de Jovens e Adultos (EJA) determinando que, no mínimo, trinta por cento dos recursos gastos devem ser oriundos da agricultura familiar com ênfase nos assentamento de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas.

INCENTIVANDO A MERENDA NA ESCOLA

É fundamental não só oferecer merenda de qualidade, como também estimular seu consumo pelos alunos visto que, como se observou, nem todos usufruem desse direito. Além de a merenda representar um investimento justo dos impostos pagos pela população, ela garante nutrientes importantes para a saúde dos estudantes e promove a educação alimentar em razão dos cuidados que há com o balanceamento de nutrientes que são oferecidos. Portanto, para evitar que o estudante renuncie à refeição devido a constrangimento, como foi verificado, e até mesmo sofre certa discriminação, devem ser tomadas medidas vigorar de combate, por todos os partícipes da instituição, desse tipo de preconceito porque sabemos o quanto jovens e crianças são sensíveis a ele.

O sujeito A1, ao ser questionado se comia com frequência, se era estimulado a comer a merenda e se já fora discriminado em virtude, declarou que, inicialmente, comia com frequência na escola e que fora discriminado por colegas pois estes “olhavam-no torto” e zombavam afirmando que ele não tinha o que comer em casa (A1, Junho, 2010). Em outra entrevista, propositalmente escolheu-se uma estudante que lanchava em um estabelecimento

improvisado em frente à escola, e a ela se dirigiu as mesmas questões: se ela comia a merenda com frequência, se sentia estimulada a isso e se já fora discriminada em virtude disso a o que respondeu: “não, porque eu não gosto da comida da escola. Não me sinto estimulada. Não, nunca comi” (A2, Junho, 2010). O sujeito A3 admitiu que já havia comido, mas sentiu necessidade de se justificar alegando que a merenda era saudável e nutritiva e que nunca fora discriminado por isso (A3, Junho, 2010). É importante observar que nenhum dos sujeitos mencionou o estímulo por parte da escola, fazendo-nos pensar que de fato, não possuem incentivos para isso. Todavia, em contrapartida o gestor, sujeito G, explicou as práticas administrativas da gestão, através de entrevista semiestruturada, nos disse que os alunos que gostam da merenda sempre utilizam o serviço, no entanto, a prática de comer cachorro-quente, coxinhas, batata frita, entre outras opções pobres em nutrientes, era uma realidade presente no contexto daquela escola e disse que fora feito, certa vez, um oferecimento da merenda para os pais daquela comunidade para que assim eles comprovassem a qualidade da refeição da (G, Junho, 2010).

Aparentemente, a gestão se esforça para que a merenda seja consumida pelos alunos, no entanto, carece ainda de outras atuações que incentivem esses alunos a se alimentarem na escola, e tudo leva a crer que seja justamente contra o preconceito que se deva trabalhar.

Lembrando que Paro, (2008) afirma que a administração é a utilização racional de recursos para a realização de fins determinados, e sendo a questão nutricional relevante na formação dos sujeitos, cabe à gestão da escola planejar e executar meios sanar esse problema.

GESTÃO DEMOCRÁTICA: CARDÁPIO COLETIVO OU INDIVIDUAL?

Tomando por base o que diz Oliveira *et al* (2005, p. 27) a respeito da democracia⁸ estabeleceu-se que um dos objetivos desse estudo seria verificar a forma como é selecionado o cardápio, ou seja, se a escolha cabe ao gestor ou se envolve outros agentes escolares, bem como o (a) merendeiro (a), os educandos etc.

⁸ Um sistema de vida no qual a organização e a regulamentação dos processos de integração social são fundamentados no princípio da liberdade, entendida como direito à autodeterminação. É um sistema de vida, um modo cotidiano de efetivação das interações interpessoais que guia e orienta o conjunto das atividades de uma determinada comunidade.

Questionou-se o sujeito A1 a respeito da seleção dos cardápios e prontamente ele respondeu um “não sei”, (A1, Junho, 2010) indicando, portanto, o que sugere que os alunos não participam de uma eventual seleção, o que poderia ser positivo, no entanto, ao ser questionado se gostava dos alimentos servidos a resposta foi positiva: “gosto! São variados e bem preparados” (A1, Junho, 2010) ressaltando que a gestão daquela escola possuía a preocupação em não repetir os pratos.. Ainda com relação à dimensão democrática desta escola, perguntou-se a A1 se, hipoteticamente ele fosse consultado para oferecer uma sugestão ou crítica, entendia que a gestão lhe daria ouvidos, a o que respondeu: “acho que sim, essa é uma escola que ouve e interage com os alunos, não tenho do que reclamar” (A1, Junho, 2010).

Na entrevista ao gestor, as respostas foram ainda mais satisfatórias, pois questionou-se como era realizada a seleção a o que ele respondeu: “é feita coletivamente, pela equipe gestora e convida-se também alguns alunos representantes de turma para que participem dessa distribuição do cardápio” (G, Junho, 2010). Ainda com relação à seleção dos alimentos questionou-se a G se ele entendia que trabalhar com várias opções culinárias atraía as pessoas a merendar na escola. Prontamente o sujeito respondeu de maneira objetiva e direta: “atraem sim, logo, porque é muito diversificado. Você pode pegar uma cópia do cardápio aqui na secretaria” (G, Junho, 2010), não apenas o gestor como também o sujeito M confirmou que os alunos merendam com frequência em todos os turnos e os pratos são feitos com base nos alimentos que contém no estoque e eleitos conjuntamente com a direção (M, Junho, 2010).

As entrevistas, das quais aqui se ofereceu apenas uma pequena parcela, foram importantes, nesse estudo, porque seu norte era observar os elementos democráticos que surgiriam, ou não, na seara da escola, entendendo-se que a democracia não é somente um sistema político nem se resume às eleições que fazemos periodicamente, mais do que isto, a essência da democracia implica na participação dos membros da sociedade nas decisões que dizem respeito às suas vidas, seja na escola, no bairro, em casa, entre outros espaços, (OLIVEIRA, 2005) e através deste, constatamos que as práticas democráticas no cotidiano das pessoas, estão nas mais diversas instâncias dentro da instituição, sendo necessárias e de possível realização quando há uma atuação que contemple os três pilares da democracia: a liberdade, a igualdade e a fraternidade entre as pessoas, nesta direção, Libâneo et al (2005, p.

328) aponta a gestão participativa como a principal ferramenta para assegurar a gestão democrática⁹.

VALORIZAÇÃO DO (A) PROFISSIONAL MERENDEIRO (A)

Inclinados na questão da merenda, analisou-se a importância do (a) merendeiro (a) nos aspectos: social, educativo e nutricional do Programa Nacional de Alimentação Escolar. Estes agentes escolares possuem a mesma importância que qualquer outro ator escolar, uma vez que são responsáveis pela preparação, manipulação, armazenamento e distribuição dos alimentos. É importante, também, que não se minimize a importância da atuação dos nutricionistas, que trabalham na secretaria de educação e são sumamente importantes neste processo, pois são eles que tem ciência das necessidades nutricionais dos sujeitos beneficiados pelo programa do governo federal, além de proverem formação aos merendeiros das escolas, entre outras atribuições. No entanto, o foco do nosso estudo se volta para o merendeiro por entender que este atua cotidianamente no interior da escola e interage diretamente com a gestão e com os usuários da merenda. Estes trabalhadores, geralmente, possuem o Ensino Médio, por vezes incompleto, recebem pouco mais de um salário mínimo ou pouco e, atualmente, são terceirizados, sendo funcionários de empresas privadas.

Pretendia-se descobrir o que pensavam a respeito destes trabalhadores os partícipes da escola, razão pela qual se solicitou, aos alunos, que atribuíssem uma nota levando em conta a importância que atribuíam os merendeiros, numa escala de 0 a 10. A média resultante foi 9,5 (A1, A2, A3, Junho, 2010), ressaltando, desta forma, que os alunos valorizam o trabalho dos (as) merendeiros (as) daquela escola. Em seguida, perguntou-se se eles achavam que o merendeiro tinha o esforço reconhecido pela comunidade escolar, questão essa que foi feita ao merendeiro também. Os alunos observaram que nem todos valorizam e respeitam o trabalho dos merendeiros, já o merendeiro declarou sentir-se valorizado, respeitado e satisfeito, alegou ficar feliz quando os alunos repetem o prato e elogiam sua comida e ainda confessou estar satisfeito com o seu trabalho e o seu salário (M, Junho, 2010).

Ainda na investigação sobre o trabalho do sujeito M, questionou-se se este participava de capacitações, formações e outras orientações pertinentes à sua prática diária e se, caso recebesse, estes tinham utilidade real. O sujeito respondeu positivamente, dizendo que recebia

⁹ A participação é o principal meio de assegurar a gestão democrática, possibilitando o envolvimento de todos os integrantes da escola no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. A participação proporciona melhor conhecimento dos objetivos e das metas da escola, de sua estrutura organizacional e de sua dinâmica, de suas relações com a comunidade, e propicia um clima de trabalho favorável a maior aproximação entre professores, alunos e pais.

formação da empresa na qual trabalhava e da secretaria de educação de Pernambuco, entendendo as orientações úteis para o seu trabalho prático de manipulação de alimentos, armazenamento, preparação, higienização e distribuição dos alimentos na escola, inclusive M respondeu “é bom demais porque aprendemos bastante” (M, Junho, 2010).

O gestor também foi alvo dessa investigação na qual estão envolvidas questões de cunho pessoal e profissional, tanto por parte dos alunos quanto da administração escolar. Ao ser questionado se este achava que a comunidade reconhecia o trabalho do merendeiro, G declarou que na intervenção onde foi oferecida a merenda para a comunidade verificar a qualidade de alimentos oferecida ao educandos, os merendeiros foram bastante elogiados e parabenizados pelos pais da comunidade (G, Junho, 2010).

Isso denota que a gestão tem uma atuação que contempla não somente a igualdade e a liberdade, mas também a fraternidade (comumente esquecida pela políticas democráticas), e que é muitas vezes confundida com caridade, mais que isso, é o espaço de fraternidade que pode existir entre os seres, indispensável para a harmonia e o respeito mútuos, tomando-se aqui como conceito de fraternidade a contribuição de Barros¹⁰.

LEI N. 11.947/09: PRODUTOS DA AGRICULTURA FAMILIAR NA MERENDA (30%)

A lei N. 11.947/09 que trata do atendimento da alimentação escolar, dentre outras questões, trouxe avanços para o país no que tange à democracia e justiça social, ao aliar produção agricultora de base familiar com prioridade nos assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas e a alimentação escolar, pois segundo esta lei, do total dos recursos financeiros repassados pelo FNDE, no âmbito do PNAE, no mínimo 30% (trinta por cento) devem ser utilizados na aquisição de gêneros alimentícios oriundos da agricultura familiar com prioridade nos assentamentos de reforma agrária, comunidades indígenas e quilombolas.

No Brasil os movimentos sociais do campo foram protagonistas na luta por essas e outras conquistas referentes ao desenvolvimento da área rural brasileira, visando sustentabilidade (econômica, social e ambiental) e o direito à terra, que lhes fora negado no

¹⁰A fraternidade se relaciona com a luta pela paz, pela construção de uma sociedade que busca a harmonia, o equilíbrio entre as suas forças vitais e o reconhecimento do outro como irmão, como igual, enxergando a política como o instrumento da realização do bem comum e da ascensão da condição humana (BARROS, 2006, p.57).

início no período colonial brasileiro e pelo qual ainda lutam. Essa lei vem fortalecer a economia e a permanência dos homens e mulheres do campo no campo, dando condições de igualdade também aos camponeses e evitando o êxodo rural e o inchaço desordenado da população urbana que culmina em mendicância, violência, aumento da pobreza e outras mazelas sociais.

A fim de saber a opinião do gestor, enquanto modelo de autoridade democrática, a respeito dessa questão, indagou-se o que ele pensava a respeito desta lei. O sujeito G ressaltou a importância para os agricultores brasileiros e também para os alunos beneficiados pelo PNAE, uma vez que estes alimentos geralmente são mais “fortes” e não possuem agrotóxicos industriais na sua produção e, inopinadamente, nos contou do projeto educativo que a escola desenvolve: a plantação de uma horta na própria escola (há espaço para isso), na qual um técnico especializado desenvolve um trabalho didático com os alunos e, de fato, verificou-se pés de milho, coentro e outros gêneros alimentícios próximos do período da colheita. Segundo G, essas plantações irão para a cozinha em benefício próprio destes alunos que cultivaram essas plantações (G, Junho, 2010), aproximando, desta forma, esses alunos da realidade rural e apresentando-os à produção dos alimentos naturais. Essa atuação nos remete a Libâneo et al (p. 301) quando este diz que a gestão é o meio para atingir os objetivos do ensino¹¹, afinal, é bem mais eficaz e interessante apresentar a realidade e a produção agricultora na prática do que em livros ou escrevendo no quadro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em nosso trabalho investigativo, foi evidente a existência de alguns elementos democráticos, muito embora ainda permeados por certa insuficiência de intervenções e eventuais limitações na gestão da escola. No que diz respeito à merenda escolar há falta de um maior incentivo à sua utilização, seria conveniente uma maior abertura à comunidade. A participação de outros agentes nas definições do cardápio, a realização de um projeto agrário no interior da escola, a pequena participação do alunado nas decisões do cotidiano escolar, o reconhecimento do trabalho do merendeiro.

¹¹A organização e a gestão são meios para atingir as finalidades do ensino. É preciso ter clareza de que o eixo da instituição escolar é a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem que, mediante procedimentos pedagógico-didáticos, propiciam melhores resultados de aprendizagem. São de pouca valia inovações como gestão democrática, eleições para diretor, introdução de modernos equipamentos e outras, se os alunos continuam apresentando baixo rendimento escolar e aprendizagens não consolidadas.

De forma geral, o Brasil vem avançando nas práticas democráticas que influenciam diretamente na vida de todos da comunidade escolar e na sociedade¹², de modo amplo. Esta escola mostrou ser exemplo de gestão democrática, embora ainda precise continuar avançando nas condutas que envolvam a participação de todos, que se justifica pela própria história do Brasil como um país, de longa data, autocrático, autoritário e fortemente hierárquico, que ainda tem a cultura de concentrar, na figura do administrador, o poder de decisão, em uma clara reprodução do que ocorre em empresas e organizações privadas.

A escola democrática e reflexiva deve estar em permanente construção, pois, a partir do momento em que esta está acabada e pronta, está negando sua essência reflexivo-democrática (ALARCÃO, 2003), que não só reflete, mas que age, inova e revoluciona diante das demandas contemporâneas que vão surgindo no decorrer da história.

Por fim, constatou-se ser o PNAE um programa de grandes dimensões, pois envolve inúmeros órgãos, diversos níveis governamentais; que atua de maneira inclusiva promovendo bem estar social, favorecendo a permanência do aluno na escola, contribuindo para a sua mobilidade social e ascendência, devendo, dessa forma, ser modelo de programa promotor de benefícios e que pode ser extensível a outras necessidades da vida em sociedade. Para tanto, é indispensável a vontade política que se funde no firme propósito de solidificar um modelo democrático-social preocupado com seu cidadão e com o usufruto por parte deste, de todos os benefícios a que tem direito.

REFERÊNCIAS

ALARCÃO, Isabel. **Professores reflexivos em uma escola reflexiva**. São Paulo: Cortez, 2003.

ANDRÉ, Marli Eliza Dalmazo Alonso de. **Etnografia da prática escolar**. Campinas, SP: Papirus, 2ª Edição. 1998.

BARROS, Ana Maria de. **Fraternidade, Política e Direitos Humanos**. Revista da Faculdade de Direito de Caruaru, v. 37, p. 53-72, 2006.

¹²A ação política de democratização da escola contribuiria deste modo, para a democratização da própria sociedade, na medida em que representaria a ampliação das possibilidades individuais e coletivas de desenvolvimento do direito à diferença, equalizando as possibilidades de participação nas decisões de interesse coletivo [...] É preciso saber que a luta é árdua e longa, o que não deve e não pode nos imobilizar [...] toda conquista democrática é fruto de lutas, possíveis, mas sempre árduas, contra os poderes instituídos e seus mecanismos de legitimação (OLIVEIRA, 2005, p. 32).

BRASIL 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Senado, Brasília, DF.

BRASIL, Ministério da Educação. Lei 9.394, de Dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional**.

FNDE, **Alimentação Escolar – Histórico**. <http://www.fnde.gov.br/index.php/ae-historico>
Acesso em: 20/05/2010.

FRANCO, Maria Laura Publisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. Brasília, DF: Líber Livro, 3 Edição. 2008;

GERBER, Luiza Maria Lorenzini; SARMENTO, Rosana Sousa de Moraes; ANSCHAU, Queli Flach; EHLERS, Carla Janaína Abrão. **Assunto: Diário de Campo**.
<http://www.servicosocial.ufsc.br/ferramentas/ferramentas/upload/arquivos/g/Roteiro_avalicao_diario_2007_1.doc> Acesso em: 02/11/2009;

GONSALVES, Elisa Pereira. **Conversas sobre iniciação à pesquisa científica**. Campinas, SP: Alínea, 3 Edição. 2003;

LEI N. 11.947/09. **Casa Civil**. <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11947.htm> Acesso em: 20/05/2010.

LIBÂNEO, J. C. OLIVEIRA, J. F. TOSCHI, M. S. **Educação Escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2003.

OLIVEIRA, Inês Barbosa. **A democracia no cotidiano da escola**. Rio de Janeiro: DP&A: SEPE, 3. ed. 2005.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa: abordagem teórico-prática**. Campinas, SP: Papirus, 14 Edição. 2008;

PARO, Vitor Henrique. **Administração escolar: introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 13 Edição. 2005.

WIKIPEDIA. **História do Brasil**. <http://pt.wikipedia.org/wiki/Hist%C3%B3ria_do_Brasil>. Acesso em: 20/04/2010.